COM BASE NO EDITAL Nº 030/2026 (CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026)

apostilas opção

QUEDAS DO IGUAÇU-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU - PARANÁ

TERAPEUTA OCUPACIONAL



- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio Lógico
- Conhecimentos Gerais e Atualidades
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

QUEDAS DO IGUAÇU - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU - PARANÁ

TERAPEUTA OCUPACIONAL

EDITAL Nº 030/2026 (CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026)

CÓD: OP-179OT-26
7901204405192

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados: Estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais; dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos; captação da linha argumentativa do autor; inferência de efeitos de sentido na textualidade; análise de texto do ponto de vista da unidade temática e estrutural 7
2. Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.) e sua função social, ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.) 12
3. Ao registro (formal, informal) 16
4. A variedade (padrão, não padrão)) 19
5. A modalidade (oral, escrita) 20
6. Domínio dos mecanismos de coesão textual e aspectos relativos à coerência textual 21
7. Compreensão da estrutura sintática e implicações semânticas no âmbito do parágrafo: Reescrita de frases e parágrafos do texto 22
8. Substituição de palavras ou de trechos de texto 23
9. Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos; Semântica: Sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos 23
10. Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos 24
11. Morfologia: Reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais 26
12. Processos de formação de palavras 33
13. Sintaxe: Estrutura morfossintática do período; termos da oração; relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 34
14. Concordância nominal e verbal 39
15. Transitividade e regência de nomes e verbos 41
16. Pontuação 42
17. Domínio da acentuação gráfica 43
18. Domínio da ortografia oficial 45

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos e conjuntos numéricos. Potenciação. Radiciação. Múltiplos e divisores (mmc e mdc). Números primos. Frações, decimais, dízimas e operações; problemas do cotidiano com números (naturais; inteiros; racionais; irracionais; reais e números complexos) 55
2. Polinômios e operações com polinômios 70
3. Notação científica 73
4. Regra de três simples e composta 75
5. Equação de 1º. E 2º grau 78
6. Sistema de equações 79
7. Porcentagem 81
8. Organização de dados estatísticos, quadros e tabelas 82
9. Progressão aritmética e geométrica 91
10. Probabilidade 95
11. Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas 98
12. Problemas de lógica matemática 105

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas em termos nacionais. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal, estadual e federal 113
2. Tópicos da História e da Geografia do município, do estado e do Brasil..... 113
3. Conhecimentos sobre a História, a Geografia, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município 141
4. Significado das palavras, coletivos e termos usados regionalmente 146

Conhecimentos Específicos
Terapeuta Ocupacional

1. Código de Ética Profissional 155
2. Compreensão crítica da história da terapia ocupacional no Brasil 164
3. Conceitos básicos da terapia ocupacional socioterápica 168
4. Conceitos e ideias básicas dos modelos de terapia ocupacional 171
5. Conceitos e ideias que fundamentam a terapia ocupacional das críticas ao sistema segregativo e asilar, isto é, das práticas de transformação institucional..... 175
6. A ideia do trabalho como recurso de terapia ocupacional 178
7. Conceito de reabilitação e as propostas alternativas de atenção à saúde da população assistida em terapia ocupacional 182
8. A problemática da efetivação da cidadania da população assistida em terapia ocupacional, pessoas com deficiências e transtornos mentais..... 185
9. Políticas de Saúde Mental e referentes à saúde das pessoas portadoras de deficiência..... 189
10. O papel das unidades extra-hospitalares (U.B.S.), centro de convivência hospitais-dia e centros de referência diante da questão da não internação do paciente psiquiátrico e da não institucionalização da pessoa portadora de deficiência física, sensorial e/ou mental 192
11. A ação do terapeuta ocupacional na emergência psiquiátrica, enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais, assim como no tratamento hospitalar e ambulatorial de pessoas com deficiência 196
12. Análise crítica da reabilitação profissional no Brasil 199
13. Análise crítica da assistência e da atuação da terapia ocupacional no contexto da assistência às pessoas com deficiência mental em nosso país 202
14. Análise das relações entre saúde e trabalho 206
15. Área de Psiquiatria e Saúde Mental..... 209
16. Métodos da terapia ocupacional 213
17. A Lei 8.080/90, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, é a legislação que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde no Brasil, e organiza o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território nacional..... 216
18. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)..... 228

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS: ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS; DEDUÇÃO DE IDEIAS E PONTOS DE VISTA IMPLÍCITOS NOS TEXTOS; CAPTAÇÃO DA LINHA ARGUMENTATIVA DO AUTOR; INFERÊNCIA DE EFEITOS DE SENTIDO NA TEXTUALIDADE; ANÁLISE DE TEXTO DO PONTO DE VISTA DA UNIDADE TEMÁTICA E ESTRUTURAL

Fundamentos da compreensão e da interpretação textual

A compreensão e a interpretação de textos constituem processos fundamentais para a construção de sentidos durante a leitura. Embora estejam diretamente relacionadas, essas atividades apresentam características distintas. A compreensão está associada à identificação e à organização das informações expressas no texto, enquanto a interpretação envolve a construção de significados a partir dessas informações, considerando elementos linguísticos, contextuais, discursivos e conhecimentos mobilizados pelo leitor.

Compreender um texto significa reconhecer seu conteúdo, identificar o assunto abordado, estabelecer relações entre as informações e perceber como suas partes estão organizadas. Interpretar, por sua vez, exige avançar para a análise de sentidos que nem sempre aparecem de maneira explícita, identificando pressupostos, implicações, posicionamentos e efeitos produzidos pelas escolhas linguísticas. Entretanto, essa distinção não deve ser entendida como uma separação absoluta, pois compreensão e interpretação atuam de maneira integrada durante a leitura.

O texto não constitui apenas um conjunto de frases organizadas segundo regras gramaticais. Trata-se de uma unidade de sentido produzida em determinada situação comunicativa, com finalidades específicas e dirigida a um público real ou presumido. Seu significado depende da articulação entre elementos linguísticos, organização discursiva e contexto de produção.

Considere o seguinte enunciado:

"A biblioteca permaneceu aberta durante todo o período de férias, mas poucos estudantes utilizaram o espaço."

A compreensão literal permite identificar duas informações: a biblioteca permaneceu aberta durante as férias e houve baixa utilização do espaço pelos estudantes. A interpretação exige observar que a conjunção mas estabelece uma relação de oposição entre essas informações. A construção sugere que a abertura da biblioteca poderia favorecer maior frequência, expectativa que não se confirmou. Essa expectativa, entretanto, é inferida a partir da organização do enunciado, e não declarada diretamente.

A leitura adequada exige distinguir aquilo que o texto afirma, aquilo que pressupõe, aquilo que sugere e aquilo que o leitor apenas imagina. Essa distinção é essencial porque nem toda conclusão aparentemente plausível está autorizada pelas informações apresentadas. Uma interpretação precisa possuir fundamento textual, ainda que envolva conhecimentos externos.

A identificação do tema representa uma das primeiras etapas da compreensão. O tema corresponde ao assunto central desenvolvido pelo texto. Não deve ser confundido com o título, pois este pode apresentar o assunto de maneira direta, simbólica, irônica ou incompleta. Também não deve ser confundido com a tese, que corresponde ao posicionamento defendido em textos argumentativos.

Um texto sobre os impactos da tecnologia na educação pode apresentar como tema a utilização de recursos digitais no processo educativo. Sua tese, entretanto, pode ser a afirmação de que a tecnologia somente contribui para a aprendizagem quando integrada a objetivos pedagógicos claros. Assim, o tema indica sobre o que se fala, enquanto a tese revela o que se defende sobre esse assunto.

Outro elemento importante é a identificação da finalidade comunicativa. Um texto pode buscar informar, explicar, argumentar, orientar, narrar acontecimentos, descrever características ou produzir efeitos estéticos. A finalidade influencia a seleção vocabular, a organização das informações e os recursos utilizados.

Os gêneros textuais correspondem a formas relativamente estáveis de comunicação utilizadas em diferentes situações sociais. Notícias, reportagens, artigos de opinião, crônicas, editoriais, entrevistas, propagandas, cartas, resenhas, contos, poemas e textos científicos apresentam características próprias, embora possam compartilhar recursos linguísticos e estruturas.

É importante distinguir gênero textual de tipo textual. Os gêneros estão relacionados às práticas sociais de comunicação, enquanto os tipos textuais correspondem a modos de organização linguística, como narração, descrição, exposição, argumentação e injunção. Uma reportagem, por exemplo, pode apresentar sequências narrativas, descritivas e expositivas no mesmo texto.

A interpretação também depende do reconhecimento do contexto de produção, que envolve autoria, público, época, suporte, finalidade e circunstâncias de circulação. Uma afirmação publicada em um artigo científico pode apresentar características diferentes da mesma informação utilizada em uma campanha publicitária, pois as finalidades comunicativas não são idênticas.

O leitor precisa observar ainda o sentido denotativo e o sentido conotativo das palavras. A denotação corresponde ao emprego mais direto e convencional de uma expressão, enquanto a conotação envolve sentidos figurados ou associações construídas pelo contexto. Na frase "A notícia caiu como uma bomba", a palavra bomba não indica necessariamente um artefato explosivo, mas expressa o impacto provocado pela informação.

A leitura de textos multimodais amplia essas exigências. Charges, tirinhas, infográficos, anúncios e publicações digitais podem combinar linguagem verbal, imagens, cores, símbolos e organização visual. Nesses casos, a construção de sentidos depende da relação entre diferentes elementos expressivos.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Relações intratextuais e intertextuais na construção dos sentidos

As relações intratextuais correspondem às conexões estabelecidas entre palavras, expressões, frases, períodos e parágrafos dentro de um mesmo texto. Essas relações contribuem para a continuidade das informações e para a construção de uma unidade de sentido. Já as relações intertextuais envolvem vínculos entre textos diferentes, que podem ocorrer por meio de citações, referências, alusões, paráfrases, paródias e outras formas de retomada discursiva.

A compreensão das relações intratextuais depende especialmente da identificação dos mecanismos de coesão textual. A coesão corresponde aos recursos linguísticos que estabelecem conexões entre os elementos do texto, favorecendo a continuidade temática e a organização das informações. Entre esses recursos estão pronomes, conjunções, advérbios, substituições lexicais, elipses e repetições intencionais.

Considere o exemplo:

"Mariana apresentou um projeto de leitura à equipe pedagógica. A proposta foi aprovada porque demonstrava possibilidades de ampliar o acesso dos estudantes aos livros."

A expressão a proposta retoma a informação anteriormente apresentada como um projeto de leitura. Essa retomada evita a repetição integral da expressão e mantém a continuidade temática. Trata-se de um mecanismo de coesão referencial.

A coesão referencial ocorre quando determinados elementos linguísticos recuperam ou antecipam informações. A retomada de um termo anteriormente mencionado é denominada anáfora. A antecipação de uma informação que será apresentada posteriormente recebe o nome de catáfora.

Na frase *"Pedro encontrou um documento e o entregou à secretaria"*, o pronome o retoma um documento, estabelecendo uma relação anafórica. Já em "Só desejo isto: que todos participem da decisão", o pronome isto antecipa o conteúdo apresentado depois dos dois-pontos, caracterizando uma relação catafórica.

A identificação correta dos referentes é indispensável à interpretação. Em textos mais extensos, um pronome pode retomar uma ideia completa, e não apenas um substantivo isolado. Por isso, a análise precisa considerar o contexto e as relações de sentido.

A coesão sequencial envolve recursos que organizam a progressão das ideias. Conectivos como portanto, entretanto, além disso, porque, embora e consequentemente estabelecem relações lógico-semânticas entre segmentos textuais.

Na construção "O projeto apresentou resultados positivos; entretanto, sua continuidade depende de novos recursos", o conectivo entretanto introduz uma ressalva em relação à informação anterior. Se fosse substituído por portanto, haveria alteração significativa da relação de sentido, pois esse segundo conectivo indica conclusão.

A coerência textual, por sua vez, corresponde à organização lógica e significativa das informações. Um texto coerente apresenta relações interpretáveis entre suas partes, considerando o tema, a situação comunicativa e os conhecimentos necessários à compreensão. Coesão e coerência estão relacionadas, mas não são sinônimos. Um texto pode apresentar conectivos adequados e, ainda assim, desenvolver ideias contraditórias ou incompatíveis.

A progressão temática também participa da organização intratextual. O texto precisa apresentar informações que se relacionem ao assunto central e contribuam para seu desenvolvimento. A repetição excessiva das mesmas ideias pode comprometer a progressão, enquanto a introdução de informações desconectadas pode prejudicar a unidade temática.

As relações intertextuais ampliam o processo interpretativo porque demonstram que os textos dialogam com outros discursos. Uma reportagem pode mencionar uma pesquisa científica; um artigo de opinião pode citar uma obra literária; uma charge pode recuperar um acontecimento divulgado anteriormente. Nessas situações, a compreensão pode depender do reconhecimento da referência utilizada.

A intertextualidade explícita ocorre quando a relação com outro texto é apresentada de maneira identificável, como em uma citação acompanhada da indicação de autoria. A intertextualidade implícita ocorre quando a referência não é diretamente anunciada, exigindo que o leitor reconheça o texto ou o discurso retomado.

A paráfrase consiste na reformulação de um conteúdo, preservando seus sentidos fundamentais. A paródia, por sua vez, realiza uma transformação que pode produzir efeitos humorísticos, críticos ou irônicos. Ambas estabelecem relações com textos anteriores, mas apresentam finalidades distintas.

A alusão corresponde a uma referência indireta a acontecimentos, obras, personagens ou discursos conhecidos. Sua interpretação depende do repertório cultural do leitor. Entretanto, o desconhecimento da referência não impede necessariamente a compreensão de todas as informações do texto, embora possa limitar o reconhecimento de determinados efeitos de sentido.

Também é importante compreender a interdiscursividade, relacionada à presença e à articulação de discursos sociais diferentes. Um texto sobre alimentação, por exemplo, pode combinar discursos científicos, publicitários, econômicos e culturais, apresentando perspectivas distintas sobre o mesmo assunto.

Dedução de ideias e identificação de pontos de vista implícitos

A interpretação textual exige reconhecer que nem todas as informações relevantes são apresentadas de maneira direta. Muitas vezes, o autor organiza o discurso de forma que determinadas conclusões possam ser construídas pelo leitor a partir de pistas linguísticas e contextuais. Esse processo é denominado inferência.

A inferência corresponde à elaboração de uma conclusão fundamentada em informações disponíveis no texto e em conhecimentos necessários à sua compreensão. Diferencia-se da simples suposição porque precisa manter relação consistente com os elementos apresentados. Uma interpretação que não encontra apoio textual pode representar uma hipótese pessoal, mas não uma conclusão adequadamente fundamentada.

Considere o seguinte exemplo:

"Quando a reunião terminou, Ana recolheu os documentos, apagou as luzes e foi a última a deixar a sala."

O texto não afirma expressamente que Ana permaneceu no local até o encerramento das atividades, mas essa informação pode ser inferida pela sequência de ações descritas. Entretanto,

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

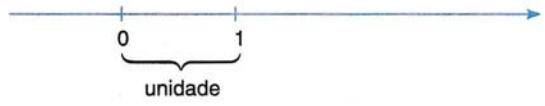
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS INTEIROS, FRACIONÁRIOS E DECIMAIS. CONJUNTOS E CONJUNTOS NUMÉRICOS. POTENCIAÇÃO. RADICIAÇÃO. MÚLTIPLOS E DIVISORES (MMC E MDC). NÚMEROS PRIMOS. FRAÇÕES, DECIMAIS, DÍZIMAS E OPERAÇÕES; PROBLEMAS DO COTIDIANO COM NÚMEROS (NATURAIS; INTEIROS; RACIONAIS; IRRACIONAIS; REAIS E NÚMEROS COMPLEXOS)

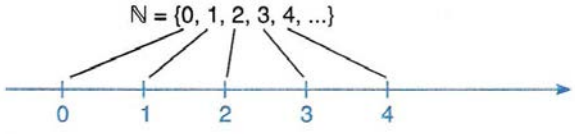
Conjunto dos Números Naturais - N[1]

O conjunto dos números naturais, representado por N, é formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, também conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja considerado um número natural no sentido de representar objetos contáveis da natureza, ele é incluído neste conjunto devido às suas propriedades algébricas semelhantes às dos números naturais.

Portanto, consideraremos que a sequência de números naturais começa com o zero, e podemos representar este conjunto da seguinte forma: N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}



As reticências (três pontos) sinalizam que este conjunto é infinito, ou seja, não possui um fim. O conjunto N é composto por uma infinidade de números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

ℕ* = {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, ...}

Subconjuntos notáveis em ℕ:

1 – Números Naturais não nulos

ℕ* = {1, 2, 3, 4, ..., n, ...}; ℕ* = ℕ – {0}

2 – Números Naturais pares

$\mathbb{N}_p$ = {0, 2, 4, 6, ..., 2n, ...}, com n ∈ ℕ

3 – Números Naturais ímpares

$\mathbb{N}_i$ = {1, 3, 5, 7, ..., 2n + 1, ...}, com n ∈ ℕ

4 – Números primos

P = {2, 3, 5, 7, 11, 13, ...}

A construção dos Números Naturais

Cada número natural, incluindo o zero, possui um sucessor, que é o número seguinte na sequência dos números naturais. Exemplos: Seja m um número natural.

a) O sucessor de m é m+1.

b) O sucessor de 1 é 2.

c) O sucessor de 4 é 5.

▪ Quando um número natural é o sucessor do outro, esses dois números são chamados de números consecutivos.

Exemplos:

a) 5 e 6 são números consecutivos.

b) 9 e 10 são números consecutivos.

c) 90 e 91 são números consecutivos.

▪ Vários números formam uma coleção de números naturais consecutivos se o segundo é sucessor do primeiro, o terceiro é sucessor do segundo, o quarto é sucessor do terceiro e assim sucessivamente.

▪ Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

O conjunto é denominado conjunto dos números naturais pares. Embora, em algumas situações, também possamos utilizar a expressão "sequência dos números naturais pares" para representá-lo: P = {0, 2, 4, 6, 8, 10, 12, ...}.

O conjunto a seguir é chamado de conjunto dos números naturais ímpares, também conhecido como a sequência dos números ímpares: I = {1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, ...}.

Operações com Números Naturais

▪ **Adição de Números Naturais:** a primeira operação fundamental da Aritmética tem por finalidade reunir em um só número, todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 soma ou total*

▪ **Subtração de Números Naturais:** é usada quando precisamos tirar uma quantia de outra, é a operação inversa da adição. A operação de subtração só é válida nos naturais quando subtraímos o menor número do maior, ou seja quando a-b tal que a ≥ b.

1 Referências Bibliográficas:

CABRAL, Luiz Claudio; NUNES, Mauro César – Matemática básica explicada passo a passo – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Exemplo: *200 – 193 = 7, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 07 a diferença.*

- **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

- **Multiplicação de Números Naturais:** é a operação que tem por finalidade adicionar o primeiro número denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número denominadas multiplicador.

Exemplo: *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

- 2 vezes 5 é somar o número 2 cinco vezes: 2 x 5 = 2 + 2 + 2 + 2 + 2 = 10. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes necessitamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número que é o maior é denominado dividendo e o outro número que é menor é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente obteremos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural e na ocorrência disto a divisão não é exata.

$$\begin{array}{c|c} a & b \\ \hline r & q \end{array} \Leftrightarrow \begin{cases} a = b \cdot q + r \\ r < b \end{cases}$$

Relações essenciais numa divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.

45 : 9 = 5

- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.

45 = 5 x 9

Atenção: a divisão de um número natural n por zero não é viável, pois, se considerássemos que o quociente fosse q, teríamos a seguinte igualdade: n ÷ 0 = q, o que implicaria em n = 0 x q = 0, o que não é válido. Portanto, a divisão de n por 0 é considerada inviável ou impossível.

Propriedades das operações matemáticas em números naturais: para quaisquer números naturais a, b e c:

- **Associatividade da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
- **Comutatividade da adição:** a + b = b + a
- **Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
- **Associatividade da multiplicação:** (a * b) * c = a * (b * c)
- **Comutatividade da multiplicação:** a * b = b * a
- **Elemento neutro da multiplicação:** a * 1 = a
- **Distributividade da multiplicação em relação à adição:** a * (b + c) = a * b + a * c
- **Distributividade da multiplicação em relação à subtração:** a * (b - c) = a * b - a * c
- **Fechamento:** Tanto a adição como a multiplicação de números naturais resultam em números naturais.

Problemas com as quatro operações

Os cálculos para resolver problemas desse tipo incluem adições e subtrações, seguidas de multiplicações e divisões. Depois, os problemas são resolvidos utilizando princípios algébricos, ou seja, formulamos equações matemáticas com variáveis desconhecidas (representadas por letras). Aqui estão algumas situações que podem ser descritas e resolvidas usando a álgebra.

Atenção: É bom ter em mente algumas situações que podemos encontrar:

O dobro de x: $2x$

O triplo de um número: $3x$

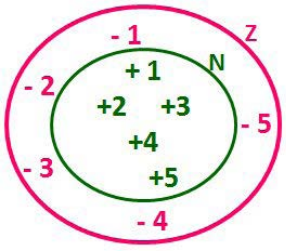
O dobro de um número adicionado de 4: $2x + 4$

Um número adicionado de seu triplo: $x + 3x$

O quíntuplo de a subtraído do sêxtuplo de y: $5a - 6y$

Conjunto dos números inteiros - Z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais N = {0, 1, 2, 3, 4,..., n,...}, (N ⊂ Z); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



N Z (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z*+	Conjunto dos números inteiros positivos
	Z_	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z*_	Conjunto dos números inteiros negativos

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO: SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ECOLOGIA E SUAS INTER-RELAÇÕES E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS EM TERMOS NACIONAIS. TEMAS QUE ABORDAM DEBATES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A HABITAÇÃO, CIDADANIA, SAÚDE, ÉTICA, E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na "Área do Cliente".

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certeiro.

TÓPICOS DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO DO ESTADO E DO BRASIL

Aspectos históricos, geográficos, econômicos e políticos do Brasil

Brasil indígena, colonização portuguesa e formação da sociedade colonial

- **Povos originários e chegada dos portugueses**

Diversidade indígena

Antes da chegada dos europeus, o território que viria a formar o Brasil era ocupado por numerosos povos indígenas, com diferentes línguas, formas de organização social, crenças e modos de utilização do espaço. Não existia uma única cultura indígena. Povos de troncos linguísticos distintos, como Tupi e Macro-Jê, organizavam-se de maneiras variadas e mantinham relações de cooperação, comércio e conflito.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

A chegada dos portugueses, em 1500, inseriu essas populações na expansão marítima europeia. Os primeiros contatos envolveram trocas, alianças e conflitos. Doenças trazidas pelos europeus, guerras, escravização e ocupação territorial provocaram forte redução demográfica e profundas transformações sociais.

▸ Primeiras formas de exploração e colonização

Pau-brasil e escambo

Nas primeiras décadas do século XVI, a presença portuguesa concentrou-se principalmente na exploração do pau-brasil. A madeira era obtida frequentemente por meio do escambo, no qual indígenas realizavam atividades de corte e transporte em troca de mercadorias europeias.

A intensificação da presença de outros europeus no litoral e a necessidade portuguesa de ocupar efetivamente o território contribuíram para uma colonização mais organizada a partir da década de 1530.

Capitanias e Governo-Geral

Em 1534, a Coroa implantou o sistema de capitanias hereditárias, dividindo o território em grandes faixas entregues a donatários. Dificuldades financeiras, ataques indígenas, problemas administrativos e distâncias contribuíram para o fracasso de muitas capitanias.

Em 1549, foi criado o Governo-Geral, com sede em Salvador, buscando ampliar a centralização administrativa. As câmaras municipais também tiveram papel importante na administração local, frequentemente controladas por grandes proprietários.

▸ Economia açucareira e escravidão

Plantation e engenhos

A produção de açúcar tornou-se a principal atividade econômica de determinadas áreas da colônia, especialmente no Nordeste. O sistema era caracterizado por grande propriedade, produção destinada ao mercado externo e utilização intensiva de mão de obra escravizada.

O engenho constituía uma unidade econômica complexa, envolvendo plantações, instalações de processamento, moradias e estruturas de apoio.

Escravização africana e resistência

A colonização utilizou trabalho indígena escravizado em diversas regiões, embora limitações legais, resistência indígena e interesses econômicos tenham favorecido a crescente utilização de africanos escravizados.

O tráfico atlântico tornou-se elemento central da economia colonial. Milhões de africanos foram trazidos compulsoriamente para o Brasil, sendo empregados na agricultura, mineração, atividades urbanas e serviços domésticos.

A resistência assumiu diversas formas:

- Fugas individuais e coletivas.
- Formação de quilombos.
- Preservação de práticas culturais e religiosas.
- Revoltas e enfrentamentos contra senhores e autoridades.

O Quilombo dos Palmares tornou-se um dos exemplos mais conhecidos dessa resistência.

▸ Interiorização e mineração

Bandeiras, pecuária e expansão territorial

Entradas e bandeiras contribuíram para a interiorização da ocupação portuguesa. Bandeirantes procuravam indígenas para escravização, metais preciosos e novas áreas de exploração.

A pecuária também favoreceu a ocupação do interior, pois frequentemente se desenvolvia em regiões afastadas das áreas açucareiras.

Ouro e diamantes

A descoberta de ouro no final do século XVII transformou a economia colonial. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso receberam grande fluxo populacional. A mineração estimulou a urbanização, ampliou o mercado interno e deslocou o eixo econômico para o centro-sul.

A Coroa criou mecanismos de fiscalização e cobrança, como o quinto, correspondente a parcela do ouro destinada ao governo português.

▸ Revoltas e crise colonial

Contestações ao domínio português

Durante o período colonial ocorreram conflitos motivados por disputas econômicas, administrativas e políticas. Entre eles destacam-se Guerra dos Emboabas, Guerra dos Mascates e Revolta de Vila Rica.

No final do século XVIII, movimentos influenciados por ideias iluministas passaram a questionar mais diretamente o domínio colonial. A Inconfidência Mineira reuniu setores da elite de Minas Gerais, enquanto a Conjuração Baiana apresentou participação popular mais ampla e propostas sociais mais profundas.

Em 1808, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro alterou profundamente a condição colonial. A abertura dos portos, a criação de instituições administrativas e a elevação do Brasil a Reino Unido prepararam o cenário político para a Independência.

Independência, Império e crise da monarquia

▸ Processo de Independência

Ruptura política com Portugal

A Revolução Liberal do Porto, iniciada em 1820, exigiu o retorno de D. João VI e buscou restaurar maior controle português sobre o Brasil. D. João retornou a Portugal em 1821, deixando D. Pedro como príncipe regente.

Pressionado pelas Cortes portuguesas a retornar, D. Pedro permaneceu no Brasil no episódio conhecido como Dia do Fico. Em 7 de setembro de 1822, ocorreu a ruptura política, seguida da consolidação militar da Independência em diferentes províncias.

A Independência preservou importantes estruturas sociais, como a grande propriedade e a escravidão.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Base normativa do exercício profissional e responsabilidade do terapeuta ocupacional

- **Regulamentação profissional e sistema COFFITO/CREFITOs**

O exercício da Terapia Ocupacional no Brasil possui base legal própria. O Decreto-Lei nº 938/1969 reconheceu e regulamentou as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, estabelecendo o exercício profissional dentro de competências legalmente definidas. A Lei nº 6.316/1975 criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, estruturando fiscalização, registro e disciplina profissional. Esse sistema normativo delimita direitos e deveres que acompanham a atuação em serviços públicos, privados, hospitalares, territoriais, educacionais e sociais. O profissional deve manter regularidade perante o conselho competente e atuar apenas em atividades para as quais tenha formação, competência e respaldo normativo.

Resolução COFFITO nº 81/1987 e atos profissionais

A Resolução COFFITO nº 81/1987 trata de atos complementares ao exercício profissional do terapeuta ocupacional e permanece referência histórica importante para caracterizar ações próprias da profissão. A prática atual, contudo, também é detalhada por resoluções posteriores relacionadas a especialidades e contextos específicos. Interpretar a atuação exige considerar o conjunto normativo vigente, evitando utilizar uma resolução antiga de forma isolada quando normas mais recentes detalham determinado campo. A responsabilidade profissional inclui conhecer alterações aplicáveis à área em que atua e não apresentar como competência própria um procedimento que dependa de qualificação específica.

- **Competência técnica, limites e atualização normativa**

Competência profissional reúne conhecimento, habilidade, julgamento e condições concretas para executar determinada ação com segurança. Ter autorização geral para atuar em um campo não significa dominar toda técnica possível dentro dele. O terapeuta ocupacional precisa reconhecer limites de formação, buscar qualificação quando necessário e encaminhar situações que ultrapassem sua capacidade. Essa obrigação é especialmente relevante em procedimentos especializados, confecção de dispositivos, práticas invasivas ou intervenções que envolvem riscos específicos. Instituições também possuem responsabilidades ao definir protocolos, equipamentos disponíveis e condições de trabalho.

Especialidades reconhecidas e campos regulamentados

O COFFITO possui resoluções que reconhecem especialidades da Terapia Ocupacional, entre elas Acupuntura, Contextos Sociais, Saúde da Família, Saúde Mental, Contextos Hospitalares, Gerontologia e Contexto Escolar. Entre as referências estão as Resoluções nº 405/2011, nº 406/2011, nº 407/2011, nº 408/2011, nº 429/2013, nº 477/2016 e nº 500/2018. Em 2025, novas normas organizaram aspectos do registro de qualificação e dos títulos de especialista, exigindo atenção às regras vigentes para apresentação profissional. O reconhecimento de uma especialidade não dispensa cumprimento das exigências de habilitação correspondentes.

A tabela organiza normas estruturantes pela finalidade, sem substituir a consulta às regras vigentes no exercício concreto.

Norma	Escopo principal	Implicação prática
Decreto-Lei nº 938/1969	regulamentação das profissões	delimita fundamento legal do exercício profissional
Lei nº 6.316/1975	criação do COFFITO e dos CREFITOs	estabelece sistema de registro, fiscalização e disciplina
Resolução COFFITO nº 81/1987	atos profissionais complementares	orienta competências gerais da Terapia Ocupacional
Resoluções de especialidades	campos específicos de atuação	detalham competências e requisitos próprios

A leitura conjunta ajuda a distinguir fundamento legal, fiscalização e regulamentação técnica. O terapeuta ocupacional precisa relacionar a norma ao contexto em que atua, mantendo-se atento a atualizações e exigências específicas de qualificação.

Responsabilidade técnica em instituições e trabalho multiprofissional

Atuar em equipe não dilui a responsabilidade de cada profissional. O terapeuta ocupacional responde pelos atos que executa, pelos registros que produz e pelos limites de sua competência, mesmo quando uma conduta foi solicitada por outro integrante da equipe. Solicitações incompatíveis com atribuições profissionais precisam ser discutidas e, quando necessário, recusadas de forma fundamentada, preservando continuidade do cuidado. Da mesma maneira, assumir função de coordenação ou responsabilidade técnica implica organizar condições para prática compatível com normas, sem autorizar procedimentos apenas para atender metas administrativas.

Protocolos institucionais são referências importantes, porém não substituem o julgamento profissional nem podem contrariar normas superiores. Quando um serviço adota rotina que

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

compromete sigilo, documentação ou segurança, o profissional deve utilizar os canais institucionais apropriados para comunicar o problema. A atuação ética envolve tanto a relação direta com usuários quanto a organização das condições em que o cuidado acontece.

ÉTICA E DEONTOLOGIA NO COTIDIANO PROFISSIONAL

Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional

A Resolução COFFITO nº 425/2013 estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. O código orienta deveres relativos a respeito à dignidade, responsabilidade, competência, relações profissionais, sigilo, publicidade e proteção do usuário. Ética profissional não se resume a evitar punições; ela orienta decisões em situações nas quais interesses, direitos e riscos precisam ser equilibrados. O terapeuta deve tratar pessoas sem discriminação, proteger informações obtidas no cuidado e manter comunicação compatível com sua responsabilidade técnica. Também não deve prometer resultados que não possam ser garantidos ou utilizar a vulnerabilidade do usuário para obter vantagem.

Sigilo, privacidade e compartilhamento de informações

Informações clínicas e ocupacionais são confidenciais. O fato de vários profissionais integrarem a mesma equipe não autoriza circulação irrestrita de qualquer detalhe pessoal. O compartilhamento deve ser pertinente ao cuidado e respeitar responsabilidades institucionais e legais. Conversas em corredores, grupos de mensagens informais ou exposição desnecessária de imagens podem violar privacidade. Em atividades grupais, o terapeuta também precisa orientar participantes sobre respeito às informações compartilhadas, reconhecendo que não controla integralmente o comportamento de terceiros. Quando existe dever legal ou risco que justifique compartilhamento, a decisão deve seguir normas aplicáveis e limitar-se ao necessário.

Prontuário, registros e responsabilidade documental

A Resolução COFFITO nº 415/2012 disciplina a obrigatoriedade do registro em prontuário pelo terapeuta ocupacional e aspectos relacionados à guarda e descarte. O registro clínico documenta avaliação, objetivos, intervenções, respostas, orientações e decisões relevantes. Deve ser claro, datado, identificável e compatível com o cuidado prestado. Informações vagas como “paciente bem” ou “realizada atividade” não permitem compreender raciocínio terapêutico nem continuidade. Ao mesmo tempo, o prontuário não deve acumular julgamentos pessoais ou detalhes sem relação com a assistência.

Qualidade do registro e comunicação responsável

Um bom registro descreve desempenho observado, barreiras, recursos utilizados e resposta à intervenção. Quando há recusa de uma proposta, deve documentar o que foi oferecido e as orientações pertinentes sem atribuir rótulos depreciativos. Correções seguem regras institucionais e não devem apagar indevidamente informações anteriores. Em serviços eletrônicos, acesso precisa respeitar perfis autorizados e proteção de dados. O terapeuta é responsável pelo conteúdo que registra e deve evitar copiar textos de outros atendimentos que não correspondam à situação atual.

Relações profissionais, publicidade e apresentação de resultados

A comunicação pública do trabalho deve preservar veracidade, dignidade dos usuários e limites de confidencialidade. Imagens clínicas, relatos de casos e comparações de “antes e depois” podem expor pessoas mesmo quando nomes não são mencionados, sobretudo em situações raras ou facilmente reconhecíveis. Consentimento específico e regras profissionais precisam ser observados quando houver uso permitido de informações ou imagens. A publicidade não deve prometer cura, resultado garantido ou superioridade baseada em afirmações sem sustentação. O mesmo cuidado vale para redes sociais e ambientes digitais vinculados ao exercício profissional.

Relações com colegas exigem respeito às competências e comunicação responsável. Divergências técnicas podem ser discutidas sem desqualificação pública ou disputa pela posse do caso. Quando há risco para o usuário, o dever de comunicar a situação pelos meios adequados prevalece sobre conveniência entre profissionais. Encaminhar para outra categoria ou especialista não representa perda de autonomia profissional; demonstra reconhecimento de limites e compromisso com cuidado integral.

Conflitos de interesse e proteção da relação terapêutica

A relação profissional não deve ser utilizada para obter benefícios pessoais, financeiros ou afetivos incompatíveis com o cuidado. Ofertas de produtos, serviços paralelos ou vantagens precisam ser analisadas à luz das normas éticas e da vulnerabilidade do usuário. Também é inadequado condicionar qualidade do atendimento a presentes, favores ou vínculos externos. Limites claros protegem ambas as partes e preservam confiança. Quando surge situação capaz de comprometer imparcialidade, o terapeuta precisa reconhecer o conflito e adotar conduta compatível com responsabilidades profissionais e institucionais.

Diante de um impasse ético, algumas ações ajudam a organizar a decisão profissional sem substituir as normas específicas do caso:

- Identificar os fatos relevantes e separar informação confirmada de interpretações ou pressões externas.
- Reconhecer direitos, deveres profissionais e possíveis riscos para a pessoa atendida.
- Escutar preferências do usuário e verificar se a comunicação foi acessível e suficiente.
- Considerar alternativas menos restritivas ou com menor potencial de dano quando existirem.
- Registrar a decisão, sua justificativa e os encaminhamentos necessários com linguagem profissional.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

